

Sérgio Eduardo Lomba, Subcorregedor Geral da Polícia Civil do Estado Rio de Janeiro e a Sr<sup>a</sup>. Bianca Acursi, representante da Academia Estadual de Polícia Sylvio Terra - ACADEPOL. Após, o Deputado Alexandre Knoploch agradeceu a presença de todos os presentes e fez um preâmbulo sobre os trabalhos da CPI e os avanços alcançados. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra para Deputada Renata Souza que agradeceu a oportunidade de ouvir o Dr. Allan Turnowski, Dr. Sérgio Eduardo Lomba e a Sra. Bianca Acusi. A seguir, relatou sobre as causas que levaram a criação da Comissão e o acompanhamento do caso dos meninos da Baixada Fluminense que desapareceram em dezembro de 2020. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra para o Relator, Deputado Danniell Librelon, que cumprimentou os convidados e comentou sobre a importância das oitavas feitas pela CPI até o momento, como a contribuição das mães de crianças desaparecidas. Após amplo debate com a participação dos convidados, o Senhor Presidente agradeceu a colaboração de todos e suspendeu os trabalhos para que eu, Tanizza Rocha Lacerda Cabral, Secretária, "ad hoc" matrícula 408.678-1, lavrasse a presente ata, que trará, em anexo, as notas taquigráficas com inteiro teor do ocorrido na reunião. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões, 24 de setembro de 2021. Tanizza Rocha Lacerda Cabral - Secretária "ad hoc". Deputado ALEXANDRE KNOPLOCH - Presidente

## (NOTAS TAQUIGRÁFICAS)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Às 10h20 do dia 24 de setembro de 2021, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os casos de desaparecimento de crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, contando com a presença da Deputada Vice-Presidente da Comissão Renata Souza e nosso Relator Danniell Librelon, dou por abertos os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária, que tem por objetivo ouvir os seguintes convidados: nosso Secretário de Polícia Civil, Dr. Allan Turnowski - bom-dia; Dr. Sérgio Lomba, Corregedoria da Polícia Civil, Subcorregedor-Geral; Dra. Bianca Acursi, representando a Acadepol.

Antes de mais nada, quero fazer um preâmbulo. Nós começamos essa CPI devido ao grande número de casos de desaparecimento de crianças e jovens no Estado do Rio de Janeiro, crianças e adolescentes. A ideia era começar a entender o que ocasionava tantos desaparecimentos, seja das crianças menores de 10 anos, seja daquelas de 11 a 17 anos. Nós conseguimos avançar bem, ouvir muitos profissionais e entender que existem dois aspectos: a questão social - quando desaparecem, o Estado não tem uma estrutura social para isso. O desaparecimento também muitas vezes se dá pela falta de estrutura familiar e outras questões até criminais.

A gente contou com a primeira participação, na primeira reunião, da Dra. Elen, que colocou alguns casos, algumas situações; Dr. Uriel, que contou o caso mais emblemático, das crianças de Belford Roxo. Na última reunião, a Dra. Elen veio aqui novamente para a gente conversar um pouco sobre a estrutura da Polícia Civil e nos surpreendeu algumas informações que ela nos passou. A gente, a princípio, não tinha o intuito de convidar outros pares da Polícia Civil porque acreditávamos que só a Delegacia de Descoberta de Paradeiros poderia fazer esse papel, mas ela colocou situações aqui que mostram que existem outras coisas além da própria delegacia, como o caso de negligência de policiais civis nas delegacias. Inclusive, ela citava, não sei se como uma referência ou como um exemplo, a 36ª DP, ela deixou muito claro - isso as mães já tinham relatado - que o "bico" que acontece, o famoso "bico" que acontece na Polícia Civil, nas delegacias, está muito recorrente. Muitas vezes, as mães vão lá, ou até familiares, informam que tem que passar 24 horas, 72 horas, coisa que não é verdade. Existe uma lei para isso. Outras vezes, fazem até alguns comentários, fazendo ilações com possíveis situações que podem acontecer ou não e, ao mesmo tempo, ela coloca que existe essa questão educacional do policial, mas existe também uma falta de fiscalização, que a Polícia Civil, de um modo geral, acaba deixando essa situação um pouco a desejar, até porque o desaparecimento é o primeiro fato que a gente conhece para outros crimes, feminicídio, homicídio, sequestro. Tudo começa no desaparecimento.

Então, só fazendo esse preâmbulo, agradecendo, mais uma vez, a presença do nosso Secretário. Sei que o tempo é precioso. A gente vai tentar até ser breve para poder liberar também o Secretário de Polícia Civil. Ai, até se ele depois quiser deixar o Dr. Sérgio e a Dra. Bianca, mas acredito que vá ser bem rápido.

Vou passar a palavra para a Deputada Renata Souza.

A SRA. RENATA SOUZA - Muito obrigada, Presidente. Bom-dia ao nosso Relator, Deputado Danniell Librelon; bom-dia, Dr. Secretário Allan Turnowski; Sr. Sérgio Lomba; Sra. Bianca, bom-dia. Agradeço demais a oportunidade de poder ouvi-los nessa CPI. Essa é uma CPI que nasce diante de uma situação extremamente dramática, que é o desaparecimento de crianças no Estado do Rio de Janeiro. A gente viu e acompanhou de perto o caso dos meninos da Baixada - Alexandre, Fernando e do outro não me recordo o nome -, mas, enfim, dar nomes e rostos a essas crianças é também a gente se compadecer e se sensibilizar com a situação dessas famílias que, muitas vezes, não se veem acolhidas pelo próprio Estado, de todas as formas, desde as ações de assistência social, assistência psicológica, até, efetivamente, o primeiro momento, o primeiro *insight* dessa família de procurar a polícia para que seu ente querido seja encontrado.

Nós já ouvimos aqui, em diversas oitavas, temas que foram recorrentes. Nesses temas, muitos trouxeram as questões relacionadas ao protocolo dentro da polícia para o recebimento dessas denúncias, desses boletins de ocorrência com relação a desaparecimento, desde protocolos que muitas vezes não estão tão visibilizados ou muitas vezes a gente sequer sabe se existem de fato.

Então, a gente tem uma preocupação enorme com relação à formação desses policiais que estão na ponta para o recebimento dessas famílias, muitas vezes famílias que já estão numa situação de vulnerabilidade, seja o local de moradia, seja porque questões relacionadas a acessos mais básicos, como direitos mais básicos. A gente vê o quanto esse processo de desaparecimento também tem a ver com uma questão social, que é importante que a gente verbalize para vocês. Ao mesmo tempo, tem essa preocupação de que forma o Estado, hoje, se prepara para receber uma família que teve um ente desaparecido. Eu estou falando um ente porque, no final das contas, quando vimos aqui esta CPI, a gente pôde comprovar que não era só em casos de crianças desaparecidas, são casos de desaparecidos em geral, que há uma dificuldade, evidentemente, de se propor ações que sejam mais concretas. Óbvio, quando a gente vê o trabalho da Polícia Civil e todo o desmonte também no que tange à Perícia Técnica, e a gente sabe que isso é algo que é fundamental, a gente sabe que as provas materiais são importantes para levar em consideração uma ação de investigação mais concreta - porque nas provas testemunhais a gente sabe que as pessoas podem mentir. Eu acho que tem um elemento central também, essas perícias, por exemplo. Quando a gente fala de buscar as imagens, que tempo leva para que a própria polícia possa solicitar essas imagens? Eu acompanhei um caso de desaparecimento de uma criança chamada Gisela, que aconteceu na Maré. Ela sumiu ali, na Escola Bahia, altura da passarela 7 da Avenida Brasil. Tinha um posto de gasolina do lado, então, havia câmeras. E teve uma dificuldade enorme para solicitar aquelas câmeras dali. A criança, enfim, até hoje, a família não tem notícia sobre o que aconteceu. Ela tinha oito anos à época. Esse é mais um caso que se repete. Fora isso, outros casos em que a própria família precisa recolher as provas. A gente ouviu aqui a Sra. Helena. Ela própria teve que ir em um areal, em Itaguaí, e encontrou os restos mortais da filha, porque ela virou uma investigadora no caso. Assim, isso se repete.

Então, é importante que a gente possa observar o quanto que a Polícia Civil tem de organização para esses casos, porque é isso. Essas mães, a cada esquina, a cada lugar que vão, elas veem o rosto dos seus filhos, das suas filhas. Elas tentam encontrar o rosto do seu familiar que foi perdido e a gente precisa contar com a sensibilidade do Estado e da Polícia Civil nesse processo.

Então, só para abrir, já para ouvi-los nesse sentido de quais são os protocolos, desafios e quais são as dificuldades, hoje, para que a

gente possa também, enquanto CPI, reivindicar do Estado, do Governo, que opere em outra lógica também para adentrar um trabalho de maior qualidade em caso de crianças desaparecidas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, Deputada Renata.

Vou passar para o nosso Relator, Deputado Danniell Librelon. Bom-dia.

O SR. DANNIEL LIBRELON - Bom-dia, Sr. Presidente; bom-dia, Deputada Renata Souza, nossa Vice-Presidente dessa CPI. Quero também cumprimentar os convidados Dr. Allan, nosso Secretário de Polícia Civil; Dr. Sérgio; e, também, a Dra. Bianca. Como aqui relatou a nossa Vice-Presidente, ela fez a explanação de alguns fatos e, também, de alguns relatos de mães, de pessoas. Nós já estamos hoje na nossa oitava reunião dessa CPI e, das sete reuniões que nós tivemos aqui nesta Casa, nós tivemos várias questões e nós fomos deliberando com os outros órgãos, dependendo da situação que foi ali colocada. Muitas das questões que foram colocadas pelas mães ou por outros órgãos foram sempre pautadas no primeiro passo: o registro dessas ocorrências, desses desaparecimentos.

Eu fiz aqui um apontamento, antes de fazer as minhas perguntas. Só, mais ou menos, para fazer um resumo dessa CPI que nós começamos e ouvimos todas as mães. Foram relatadas as questões seguintes: o mau atendimento dispensado às famílias em algumas delegacias no momento do registro da ocorrência; a falta do protocolo unificado nas delegacias que recebem o registro e a ocorrência do desaparecimento de crianças; a falta de apoio do Poder Público às pessoas que estão com um familiar desaparecido; a necessidade de capacitação daqueles que atuam diretamente no atendimento das famílias de crianças desaparecidas; a necessidade de maior humanização no trato das pessoas que estão ligadas com o desaparecimento de um ente querido; a necessidade de mais delegacias especializadas para a questão dos desaparecimentos; a necessidade de melhorar a comunicação entre os órgãos ligados ao processo de desaparecimento e, também, a necessidade de um banco de dados único.

Então, aqui resumindo, diante de tudo que foi falado nessas sete últimas reuniões, foi mais ou menos, de uma forma bem resumida, o que foi questionado, o que foi colocado, e é a forma que nós temos levantado e apurado as questões.

De primeiro, eu gostaria de dirigir-me, se assim o Presidente me permitir, até antes de o Delegado falar, fazer duas perguntas, para que ele possa, juntamente com a pergunta da nossa Vice-Presidente: de que forma a Secretaria de Polícia Civil pode ajudar a melhorar o funcionamento desse sistema que envolve o desaparecimento de crianças? A segunda pergunta: o senhor concorda que há necessidade de criação de um protocolo único de atendimento? A terceira pergunta: o senhor concorda que exista uma necessidade de capacitação dos policiais quanto ao atendimento das mães e familiares de pessoas desaparecidas? E se existe algum planejamento nesse sentido dentro da Polícia Civil do Estado. A quarta e última pergunta: é possível desenvolver algum tipo de campanha ou conscientização sobre a necessidade do cumprimento da lei que versa sobre a busca imediata, eliminando, definitivamente, essa espera de 24 horas da ocorrência, que foram muitos relatos de mães e pessoas que participaram falando sobre essa questão do registro?

Nós aqui registramos e quero aproveitar a oportunidade para fazer essas perguntas ao nosso Delegado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Obrigado, Deputado Danniell.

Antes de passar a palavra ao Secretário, queria agradecer à Polícia Civil, ao Departamento de Tecnologia e Informação, por ter feito um trabalho bellissimo para conseguir fazer o Alerta Pri começar a funcionar agora em outubro. Desenvolveu um portal por conta própria, desenvolveu toda a estrutura necessária também por conta própria, para as operadoras poderem ter acesso às informações e, assim, enviarem os SMSs para as pessoas que estão com suas linhas registradas aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Então, queria aqui agradecer, em nome da Assembleia Legislativa, à Polícia Civil por esse bellissimo trabalho que tem feito no caso do Alerta Pri.

Vou passar a palavra para o Secretário, Dr. Allan Turnowski.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - Bom-dia, Deputados, bom-dia a todos que estão nos ouvindo. É um tema muito sensível o desaparecimento seja de criança ou seja de um ente, ou o que seja, a gente tem que pensar na dor da família. Apesar dos nossos números de desaparecidos no Rio de Janeiro, a gente tem o reaparecimento de quase 90% de crianças e adolescentes que se perdem, que saem de suas casas, elas acabam sendo encontradas. E nesses 10% que a gente tem que focar. O Rio de Janeiro passou muito tempo sem investimento na estrutura de suas polícias. A Polícia Civil está há dez anos sem concurso público, 2007 foi o último investimento na Perícia Criminal, quando a gente fez o IML, ainda em 2007. A partir daí, houve uma mudança na política de segurança e nada mais foi investido em perícia, nenhum concurso mais foi feito a partir desses últimos dez anos. Isso é óbvio que reflete no funcionamento de uma polícia que não teve a sua estrutura sendo planejada na última década. No Governo Cláudio Castro, quando eu fui convidado para ser Secretário da Polícia Civil, em menos de um ano nós conseguimos voltar e, na verdade, isso tem muito a ver com a questão de ser Secretaria de Estado. Por quê? Porque ao se transformar em Secretaria de Estado, 40% do orçamento que eram utilizados na atividade-meio para bancar uma Secretaria de Segurança, esses 40% passaram para a ponta, para a Polícia Militar e Civil aplicarem nos seus recursos. De lá para cá, a gente já reabriu institutos médicos legais do interior - Cabo Frio, nós compramos equipamentos de inteligência, investigação, que nos permitiram elucidar casos de bastante repercussão, com extração de dados. Um deles foi o próprio caso Henry. Nós inauguramos essa semana, que estavam encaixotados, equipamentos no valor de 4,5 milhões, mais de três anos encaixotados, que hoje transformaram a Polícia Civil, agora, funcionando nessa gestão, numa referência nas análises químicas do Brasil. Só a Polícia Civil do Rio e a Polícia Federal têm esse equipamento, um equipamento que faz uma análise que, como a gente tem as delegacias em cada bairro e cada Município, se alguém usa uma droga nova, que ainda não está mapeada pela Anvisa, essa pessoa não pode ser presa; e esse equipamento consegue identificar a nova droga e comunicar à Anvisa. A gente comunica à Anvisa, transformando essa nova droga para que ela possa ser usada para prender aqueles que estão vendendo. Então, a gente está investindo, sim. O IFF, hoje, tem já um banco de dados bem grande, junto com o Detran, com relação ao reconhecimento facial e equipes distribuídas pelo Rio de Janeiro para buscar digital. Isso funciona bem. Isso tudo é fruto de um investimento novo dessa gestão em perícia, que ficou parado muitos anos.

Com relação a recursos humanos, dez anos sem concurso. Acabamos de abrir edital, mesmo no Regime de Recuperação Fiscal, fazendo a compensação, para Delegados e para mais sete cargos: Investigadores, Inspectores, Peritos. Ou seja, hoje, há um investimento efetivo na estrutura da Polícia Civil. Por quê? Porque é a Polícia Civil que escolhe onde vai aplicar seus recursos e não mais recebe recursos escolhidos por alguém, que pode ser um político, pode ser alguém de fora, pode ser alguém de uma esfera federal, como foram os Generais que nos ajudaram muito na parte de logística, mas talvez não tenham o conhecimento técnico do Rio de Janeiro para saber como funciona aqui a criminalidade.

Então, começo aí dizendo que, hoje, Srs. Deputados, os senhores podem ficar mais tranquilos que com esses recursos que o Rio de Janeiro hoje tem e que o Governador disponibiliza para as polícias nós estamos nos equipando, nós estamos buscando uma polícia mais tecnológica, com investimento em tecnologia e perícia, seja na inteligência, seja na investigação e, também, na ação.

Todos sabem que a polícia trabalha com três pilares. Um é a inteligência. A inteligência é onde a gente recebe a informação, seja de um colaborador, seja das mídias sociais, seja algo que até a própria Casa Legislativa nos passa, uma informação que chega aqui pela população. Essas informações são trabalhadas na investigação. Ai, no final, a gente tem uma operação, onde a gente busca o resultado de toda a investigação, então, hoje, a gente está estruturado.

Com relação aos desaparecidos, entrando no tema de hoje, nós

estamos com esse remanejamento de recursos, investindo na nossa área administrativa, contratando pessoas que possam produzir na área de informática exatamente esse portal, hoje, do Alerta Pri. São pessoas que nós, com esse recurso que nós recebemos, contratamos programadores que estão começando a desenvolver, dentro da polícia, uma série de aplicativos, exatamente para facilitar a vida da população.

Então, o Alerta Pri é uma realidade. Em breve - acho que é outubro, não é isso, Deputado? - vai estar funcionando o nosso portal e a gente vai melhorando cada vez mais, botando a fotografia, que a gente sabe que, nesse primeiro momento, vai ser uma dificuldade. A gente tem uma campanha, já, na Baixada Fluminense, com cartaz nas portas das delegacias para conscientizar a população e a polícia - os policiais de plantão - da necessidade do registro imediato. A gente vai expandir essa campanha feita na Baixada Fluminense para outras delegacias da Capital e do interior. Na nossa visão, o registro tem que ser feito imediato. Não existe 24 nem 72 horas. Eu sempre digo que só tem uma maneira de você atender bem a população. Você não precisa nem de treinamento. Basta você entender. Se sua mãe entrou naquela delegacia, como você gostaria que sua mãe fosse atendida? Como você atenderia sua mãe?

Então, é assim que tem que atender todo mundo que chega. Eu tenho certeza de que, a partir daí, o policial já tem uma referência do que ele tem que fazer. Se ele atende mal o público, seja uma mãe, seja qualquer um que o procura, isso é um equívoco e é fruto, sim, de muitos anos sem concurso, muitos anos sem treinamento, que acaba levando o policial da ponta a um estresse bem grande na sua função. Nós temos, hoje, Deputados, um terço do efetivo da Polícia Civil de pessoas já no abono permanência. Com a pandemia, essas pessoas mais antigas foram afastadas de suas funções, foram trabalhar em *home office*. Isso também prejudicou ainda mais o serviço das delegacias, já não tinha concurso e ainda perdemos um terço do efetivo.

Então, é um momento difícil, mas nada justifica o mau atendimento nas delegacias. É uma das nossas maiores lutas melhorar esse atendimento. Isso vai ser feito por campanha, isso vai ser feito nos novos concursos na Academia de Polícia. A gente vai treiná-los para entender. Mais do que isso, tentar conscientizá-los da importância de um bom atendimento na delegacia.

O senhor estava com a gente, com o Governador Cláudio Castro e comigo, o senhor estava num evento na Baixada e há um comprometimento dele, do Governador Cláudio Castro, que, assim que esse concurso, que publicou o edital ontem, formar os novos policiais, a abertura de uma Delegacia de Desaparecidos, na Baixada Fluminense. Isso é um compromisso do Governador Cláudio Castro. Isso vai ser cumprido.

Então, a Polícia Civil e o Governo estão muito atentos a essa questão dos meninos desaparecidos. Isso virou prioridade. Se já não era tão evidente, passou a ser claro quando ocorreu o desaparecimento dos meninos na Baixada. A Polícia Civil, desde o início, desconfiou que aquilo ali não era um desaparecimento. Não é normal queima de ônibus. Ninguém vai a uma delegacia procurar ajuda da polícia e queima o ônibus em protesto. Nunca na história de desaparecidos queimaram um ônibus em protesto na porta de uma delegacia. Nenhum traficante tortura uma pessoa e não mata sabendo que ele é autor da morte de três meninos. Torturaram e falaram: vai lá, se apresenta na delegacia e diz que foi você. As testemunhas que depuseram contra os traficantes tomaram uma surra. Agora, nós vamos fechar essa investigação com provas técnicas, que serão apresentadas pelo Delegado, comprovando que foram os traficantes da Favela Castelar, da mesma facção criminosa que matou uma mulher, esquartejada, porque acabou com namoro, da mesma facção criminosa que enfrentou a polícia no Jacarezinho. Durante uma hora e meia, nós não conseguimos passar o beco que a gente leva um minuto para passar. Da mesma facção que acabou de contratar, tentar sequestrar o helicóptero para resgatar suas lideranças no complexo e que o tempo todo enfrenta o Estado, uma verdadeira luta do bem contra o mal. Eles são o mal.

Então, é essa facção que foi responsável pela morte desses meninos. Infelizmente, eu tive que dar essa notícia muito ruim para essas famílias. Preferia estar errado, entregar meu cargo e os meninos aparecerem, mas isso não vai acontecer, infelizmente. E o pior: a gente tem que se conscientizar de que é uma luta do bem contra o mal e que não pode existir memorial de pessoas, de traficantes do mal. Isso é um absurdo. Mata meninas, mata os meninos, invade presídio e vai ganhar memorial?

Então, é muito importante que a gente se una e pense sempre na família, pense sempre naquelas pessoas que são reféns desses traficantes, reféns de milicianos. É por isso que eu aceitei esse convite e vim com muito prazer aqui, Presidente, acho que a gente tem que unir forças para melhorar. Eu sei das minhas deficiências, estou investindo em tecnologia na perícia, estou fazendo concurso, vou fazer campanha; e se depois disso tudo não funcionar, vou colocar minha Corregedoria para me ajudar. Mas a gente está do mesmo lado e do lado da dor, seja da família dos meninos, seja dessas comunidades reféns de traficantes e milicianos.

A gente falou aqui também de protocolo. Protocolo é: chegou numa delegacia, faz o registro. Fora disso, está errado. Fez o registro. Se puder assumir imediatamente a Delegacia de Desaparecidos e Descoberta de Paradeiros, ótimo, que ela já tem toda uma rede que facilita o trabalho. Se não puder, a gente tem que fazer o quê? Buscar refazer o caminho e buscar as câmeras. Buscar tecnologia. É óbvio que, com toda tecnologia, vai ter erros. Porque o homem erra. Mas a gente vai estar ali com a imagem para corrigir esse erro. O que não pode é não buscar a imagem.

Então, eu acho que quando a gente construir e inaugurar essa delegacia da Baixada, junto com a da Capital, e buscar alinhar, com os Diretores de Departamento, que é sobre o que eu vou fazer uma reunião essa semana, para que eles passem para os seus Delegados Titulares, que eles mesmos escolheram, essa responsabilidade de melhorar o atendimento no plantão. Eu acho que a gente vai caminhar para atender melhor à sociedade.

Uma outra notícia que eu trago aqui é que a gente está construindo uma nova metodologia de atendimento nas delegacias, vai começar a ser feito agora nas novas delegacias, onde, além do atendimento no balcão, a gente vai ter totem, que as pessoas podem... Vai ter uma pessoa ali para... Igual a você chegar no banco, igual se chega no *check-in* do aeroporto, você vai conseguir fazer o seu registro também nas delegacias.

Então, com isso, o que eu quero mostrar aqui é que a gente não está parado. Hoje, a Polícia Civil pensa a Polícia Civil. A Polícia Militar pensa a Polícia Militar. Trabalha em conjunto, se fala, e a gente vai tentar sempre o melhor. Tudo o que tiver de deficiência, é importante a gente vir aqui ouvir para que a gente construa algo para acabar com essa deficiência. Nós não queremos esconder nossos problemas, nós queremos resolver nossos problemas.

Então, eu anotei todas as deficiências aqui e a gente vai sempre trabalhar para acabar com elas. A nossa meta é 100% de reaparecimento. Um menino que seja é a dor de um pai, de uma mãe. É isso que a gente vai tentar evitar.

Então, assim, estou pronto a novos esclarecimentos. Não sei se eu consegui responder a tudo, mas, se faltou algo, estou aqui à disposição para novas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Secretário, obrigado. Da minha parte, não tenho mais o que perguntar. Só quero dizer que eu irmano da mesma opinião de V. Exa. com relação ao que acontece aqui no Estado do Rio de Janeiro, principalmente por causa dessa facção. Ontem, eu já conversei com alguns Deputados. A gente vai a Brasília pedir uma audiência com o Ministro Fachin. Essa ADPF é um absurdo, é uma aberração. O que aconteceu não só no caso do Jacaré, mas em outros casos, é óbvio que tem que ser apurado, tem que ser investigado, os órgãos de fiscalização estão aí para isso. Mas essa insegurança jurídica que acontece no Estado do Rio de Janeiro é um absurdo. A gente, da mesma forma que não pode o político dizer como a Polícia Civil tem que trabalhar, como a Polícia Civil tem que investir, também não pode o Judiciário achar que tem conhecimento de como a polícia tem que operar ou não.